

OS DESAFIOS DE PERMANÊNCIA NA TERRA NA GLEBA PROVIDÊNCIA III MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA-MT

Leticia Bazzi do Nascimento **BALBUENA**
Docente na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
E-mail: leticiabazzi@outlook.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5416-4700>

Edevaldo Aparecido **SOUZA**
Docente na Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Geografia
na Universidade do Estado de Mato Grosso
E-mail: ediueg@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2307-6257>

Recebido
Maio de 2023

Aceito
Março de 2024

Publicado
Abril de 2024

Resumo: A pesquisa analisa o processo de viver na terra e da terra na Gleba Providência III, município de Curvelândia-MT, legitimando as dificuldades e implicações para a continuidade do desenvolvimento da comunidade e de tudo que dela deriva, bem como refletir e interpretar as condições territoriais e do lugar no aspecto econômico, social, territorial, identitário e de trabalho. Dialoga com os conceitos geográficos, especificamente do território e lugar, como instrumentos importantes na análise do espaço geográfico, onde estão inseridas as camponesas e os camponeses que ali vivem. São primordiais para compreender o histórico de formação da comunidade e a conexão e acesso que estes possuem às condições mínimas de (re)existência, para a permanência com dignidade em seus lotes. Como metodologia, pautou-se para uma proposta de estudo teórico, sintetizando o conceito de questão agrária, de território e lugar, e, posteriormente, às concepções da terra, de campesinato, de trabalho, de identidade, de produção. A posteriori, os dados levantados *in loco*, nas conversas informais, no questionário estruturado, com foco na relação dos sujeitos com sua terra, com sua vivência. Destarte dessas fontes, compreende-se a organização da Gleba, das relações de vivência, das dificuldades encontradas, das adversidades do tempo, da ausência das políticas públicas, em síntese, do sonho da terra, aos desafios para nela permanecer.

Palavras-Chave: Viver; Terra; território; lugar; campesinato.

THE CHALLENGES OF PERMANENCE ON THE EARTH IN GLEBA PROVIDÊNCIA III MUNICIPALITY OF CURVELÂNDIA-MT

Abstract: The research analyzes the process of living on land and from the land in Gleba Providência III, in the municipality of Curvelândia-MT, legitimizing the difficulties and implications for the continued development of the community and everything that derives from it, as well as reflecting and interpreting the territorial conditions and the place in the economic, social, territorial, identity and work aspects. It dialogues with geographic concepts, specifically territory and place, as important instruments in the analysis of the geographic space, where peasant women and men who live there are inserted. They are essential to understand the history of community formation and the connection and access that they have to the minimum conditions of (re)existence, for the permanence with dignity in their lots. As methodologies, it was guided by a proposal of theoretical study, synthesizing the concept of agrarian question, of territory and place, and, later, to the conceptions of the land, of peasantry, of work, of identity, of production. A posteriori, the data collected in loco, in informal conversations, in the structured questionnaire, focusing on the subjects' relationship with their land, with their experience. From these sources, one understands the organization of the Gleba, the living relationships, the difficulties encountered, the adversities of the time, the absence of public policies, in short, the dream of the land, the challenges to remain in it.

Keywords: To live; Earth; territory; place; peasantry.

LOS DESAFÍOS DE LA PERMANENCIA EN LA TIERRA EN GLEBA PROVIDÊNCIA III MUNICIPIO DE CURVELÂNDIA-MT

Resumen: En la presente investigación se analiza el proceso de vivir en la tierra Gleba Providência III, municipalidad de Curvelândia-MT, legitimando las dificultades e implicaciones para la continuidad del desarrollo de la comunidad y de todo de lo que de ella deriva, así como reflexionar e interpretar las condiciones territoriales y del hogar en el aspecto económico, social, territorial, identitario y de trabajo. Establecemos diálogos con los conceptos geográficos, específicamente del territorio y lugar, como instrumentos importantes en el análisis del espacio geográfico, donde están insertados los campesinos que allí viven. Son primordiales para comprender el histórico de formación de la comunidad y la conexión y acceso que estos tienen las mínimas condiciones de (re) existencia, para la permanencia con dignidad en sus lotes. Como metodologías, esta investigación se basa en una propuesta de estudio teórico, sintetizando el concepto de cuestión agraria, de territorio y lugar, y, posteriormente, a las concepciones de tierra, de campesinado, de trabajo, de identidad, de producción. A posteriori, los datos recogidos in loco, en conversaciones informales, en el cuestionario estructurado, centrándose en la relación de los sujetos con su tierra, con su experiencia. A partir de estas fuentes se comprende la organización de la Gleba, las relaciones de convivencia, las dificultades encontradas, las adversidades de la época, la ausencia de políticas públicas, en fin, el sueño de la tierra, los desafíos para permanecer en ella.

Palabras-clave: Vivir; Tierra; territorio; lugar; campesinado.

INTRODUÇÃO

A reflexão do trabalho parte da realidade da expropriação camponesa em âmbito nacional, e *sui generis* no Estado de Mato Grosso. É importante considerar que a temática

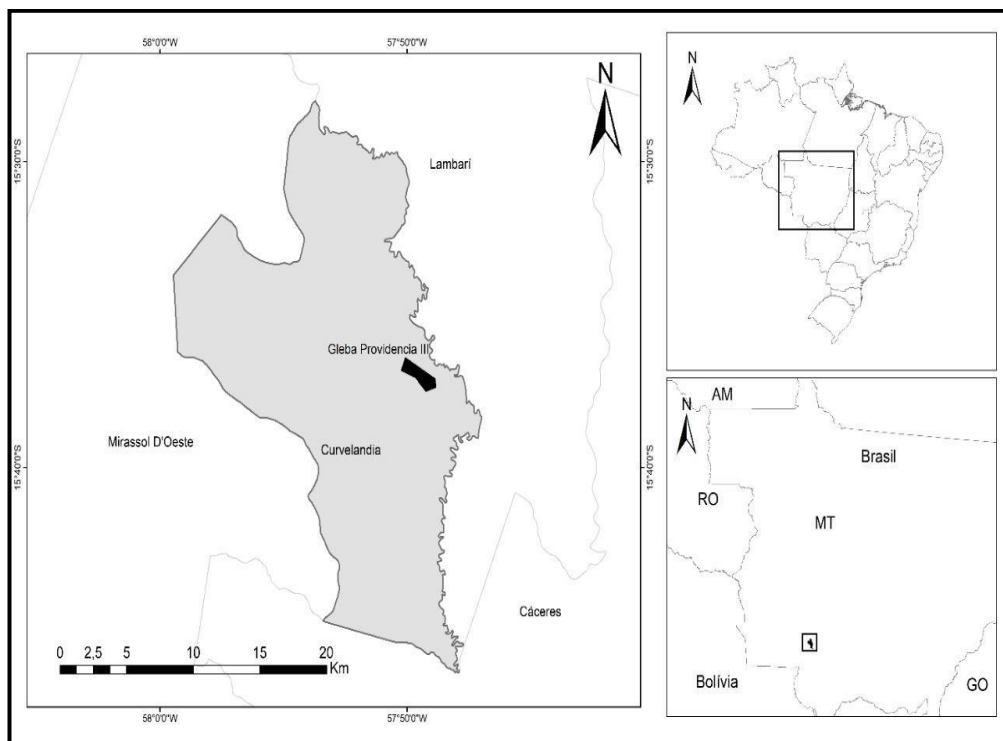
continua em evidência e traz consigo complexas formas de sobrevivência da população do campo, em especial, neste trabalho, das localidades rurais mais próximas das cidades.

Afunilando o recorte da pesquisa, partimos para a compreensão do município de Curvelândia-MT, criado com base na Lei Estadual nº 6.981, de 28 de janeiro de 1998, desmembrando-se da cidade-mãe Cáceres, com uma extensão territorial de 359,76 km², e uma população, segundo o censo de 2010, de 4.866 habitantes, no qual 1.972 vivem na área rural, com uma densidade demográfica de 13,53 hab./km². A estimativa populacional para o ano de 2020, foi de 5.241 habitantes (Brasil, 2010).

Curvelândia encontra-se na Microrregião do Alto Pantanal, conjuntamente com Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé. A extensão territorial da área é de 53.156,66 km² e 132.178 habitantes. Frisa-se que a região tem um grande predomínio da pecuária extensiva, o que ocorre em função das inundações constantes no Pantanal (Neves *et al*, 2015).

Neste contexto, visualiza-se o lócus principal da pesquisa, a Gleba Providência III (Figura 1), localizada a 4 km da cidade de Curvelândia, na rodovia MT 170, sentido município de Lambari D'Oeste. Neste território, convivem 74 famílias, com uma área de 1.596,50 ha.

Figura 1- Município de Curvelândia e localização da Gleba Providência III



Fonte: Autores (2022).

A Gleba surgiu do Programa de Integração Nacional – PIN, nos anos de 1970 e do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – Polonoroeste, nos anos de 1980. Ainda de acordo com dados coletados na Unidade Avançada de Cáceres, do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em seus relatórios, o Projeto de Assentamento – PA originou-se de áreas ocupadas por famílias de trabalhadores rurais da região de Curvelândia, realizada com dados colhidos pelo Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária – SIPRA (Brasil, 2001).

A escolha destas famílias baseou-se, sobretudo, em critérios de seleção realizados a partir de formulários apropriados, sendo aplicados por servidores técnicos do órgão, e com participação cativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres (Brasil, 2001).

Importante analisar que para os moradores da localidade, há um reconhecimento do território como Gleba e não como Projeto de Assentamento, estabelecendo uma curta relação com o INCRA, no sentido de se firmar como PA, no ano de 1995, mas sem uma estrutura digna, principalmente ao que tange à questão da titulação da terra, ou ainda, políticas públicas que procedem à permanência dos/das camponesas e camponeses nela.

O fato de se propagar como Gleba evidencia uma discussão furtiva, no aspecto de se mensurar uma não participação efetiva dos órgãos responsáveis pela instalação das famílias que chegaram e passaram a conviver no território. A falta de reafirmação de assentamento, muito mais pela questão legal/documental, instiga a analisar que de fato, seus moradores consideravam Gleba e assim continuou.

Diante de determinados fatos, a discussão primou por algumas inquietações que serviram para pontuar, subsidiar e embasar a pesquisa. O objetivo foi analisar sobre o processo de expropriação das camponesas e dos camponeses da Gleba Providência III no município de Curvelândia e suas implicações para o desenvolvimento territorial, econômico e social, com ênfase na questão da territorialidade, da identidade, e do viver na e da terra.

Tais questões perpassam em estabelecer uma identificação histórica e geográfica, prezando por compreender a territorialização e a maneira que ela foi efetivada, além da assimilação das variadas nuances os sujeitos encontraram na perspectiva de definir sua identidade e pertencimento ao lugar.

Para uma construção conceitual além dos que se remetem aos estabelecidos pela Geografia, far-se-á o pensamento através do Materialismo Histórico Dialético estudando as relações sociais e o que estabelece as questões de classes sociais. Importante analisar que:

Na pesquisa geográfica, por meio do método dialético, a inquietação e a crise instigam o pesquisador a procurar a teoria que o acompanhará no saber/fazer. O saber/fazer estará relacionado com a incerteza, com momentos de ruptura, em que significativas transformações superam o estabelecido, indicando direções, tornando-se um canal de reflexão e criatividade (Becker, 2005, p. 57).

Nesta direção, presume-se que o materialismo seja imprescindível para acompanhar todo o processo de construção da pesquisa, uma vez que, se torna necessário a busca pela reflexão sobre os sujeitos pesquisados, pautando sobre uma concepção de análise subjetiva e objetiva.

Como proposta metodológica do trabalho, pautou-se em duas fases distintas: a primeira considerando a revisão bibliográfica de obras e de autores que trabalham na temática da questão agrária, das categorias de território e lugar, dos conceitos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade; em um segundo momento, as aplicações de questionário estruturado e, posteriormente, pelas conversas abertas que intrinsecamente permitiram dialogar com informações objetivas e conversas abertas para a construção das hipóteses da pesquisa.

No mais, justifica-se essa pesquisa como reflexo da vivência, durante o maior tempo de vida, da pesquisadora enquanto participante do núcleo familiar na Gleba. Torna-se instigante entender, a partir de sua experiência de vida, a continuidade da desapropriação do lugar e a consequência da expropriação das camponesas e camponeses.

Assim, neste artigo, inicialmente optou-se por construir caminhos teóricos que dialogaram com os conceitos que viabilizaram a construção do caminho prático, dos encontros com as camponesas e camponeses, dos olhares de desterritorialização, da expropriação destas pessoas de suas terras, além de analisar os desafios de manutenção e permanência do viver na terra e da terra.

TERRITÓRIO E LUGAR: IDENTIDADE, TRABALHO E VIDA NO CAMPO

O espaço é a natureza transformada e socializada, uma segunda natureza historicizada. A transformação da primeira natureza – natureza natural – para a segunda natureza – natureza socializada – ocorre pelo uso das técnicas e ferramentas desenvolvidas pelos homens. Desta forma, os humanos transformam a natureza e produzem o espaço. Assim, através de suas atividades o homem deixa suas marcas no espaço geográfico (Santos, 2006).

A partir da ação do homem e da mulher no espaço, e a partir da sua transformação, cria-se um território, dando sentido a ele, com a prerrogativa de se pensar também no lugar. As técnicas e produções que se envolvem neste processo são inferidas pelas próprias relações causais da nossa sociedade, ou seja, moldam-se de acordo com as necessidades coletivas.

Santos (1994) analisa o espaço como indissociável, articulando os sistemas de objetos (considerados cada vez mais artificiais) e sistemas de ações (estranhos ao lugar), sendo sua remodelação baseada na margem da consciência e vontade dos que a praticam.

Desta forma, compreender o espaço geográfico por sua ocupação/desocupação, territorialização/desterritorialização quando se destacam as relações de poder nesse espaço, enquanto ação/transformação promovida pelo homem, permitem discussões sobre suas implicações nos processos de desenvolvimento do território, da economia, da vida social, sendo enfatizada as concepções de territorialidade, da identidade, do pertencimento e do próprio lugar.

Raffestin (1993) faz uma reflexão sobre a prerrogativa da formação do território a partir do espaço, resultando de uma ação realizada pelo homem da apropriação do espaço, o territorializando, de maneira concreta e abstrata.

[...] É evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo suas multiterritorialidades. São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (Fernandes, 2005, p. 6).

Little (2004) pontua que os múltiplos processos da criação de territórios, incluindo o campo e as suas características, são complexos, visualizando, ao longo do tempo, determinadas mudanças, que dependem expressivamente de forças históricas que exercem pressão sobre determinados povos e grupos sociais.

Saquet (2007) analisa questões de interfaces e de interligações que existem através do território, propondo que a questão econômica, política e cultural através da sua apropriação é de natureza exterior ao sujeito, sendo essa mesma natureza responsável pela articulação e unidade deste território.

Trazer essa contextualização para a Gleba Providência III, incide em perceber as nuances existentes por ali, compreendendo que o território e sua territorialização parte ao encontro de grupos históricos que foram dominantes em sua construção e consolidação.

A Geografia tende a buscar o território como fragmentação do espaço. Dentro desse escopo, separa-se por limites e leis, combinada a uma formação de território político, com um governo que faça a gerência das políticas públicas. Há, no entanto, uma pluralidade de concepções de território, cada qual com suas peculiaridades, tornando-os únicos (Schneider; Tartaruga, 2005).

Dentre esses múltiplos olhares sobre o território, analisa-se a luta pela terra, por conflitualidades entre os diversos sujeitos sociais, o que inclui a população camponesa. Neste

emaranhado, fica evidente que na maioria das vezes, o Estado, que em tese seria o oportunizador das políticas públicas, se ausenta de toda e qualquer relação com o povo da terra, que se vê obrigado a utilizar alternativas para sua manutenção e permanência no campo:

[...] a desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Dessa forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: “a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização”. Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 9-10).

Analisar o processo de desterritorialização e de reterritorialização vai além da conceituação, especificamente quando tratamos do campo e de sua população. Instintivamente, percebe-se que o processo da luta pela terra, das ocupações e tudo que delas deriva, se dá na perda territorial, que desencadeia inevitavelmente a perda da identidade.

Duarte (2016) busca refletir sobre o processo de construção/reconstrução da identidade, ponderando que partimos das ações sociais presentes no cotidiano. Enfatiza que construção identitária parte das relações simbólicas e subjetivas do mundo, dos significados culturais.

Por outro lado, além da conceituação de território, enxerga-se também no conceito do lugar, a percepção e concepção do território identidade, ou território cultural(ista) como sugere Haesbaert (2004). Sugerir o lugar, suas particularidades, suas subjetividades, suas afetividades com os laços construídos no decorrer da vida e do cotidiano, permite estabelecer vínculos e laços neste contexto (Staniski *et al.*, 2014).

Diante dessa perspectiva, refletir sobre o homem camponês e a mulher camponesa transpassa pelos sentimentos de pertencimento ao lugar, alavancados pela territorialização destes sujeitos na terra. Outros sentimentos são necessários para estreitarem laços, e encontram significado no enfrentamento, na resistência, na resiliência, na solidariedade e nas relações socioeconômicas.

Os elementos postulados inserem-se como fundamentais na reprodução do modo de vida camponês que, diga-se de passagem, há consenso que o reconhecimento da conflitualidade presente no contexto rural impõe a prerrogativa que há muitas manifestações de representações e representados.

O lugar, como manifesto conceitual, busca os múltiplos olhares, com a interatividade de propor a estruturação do espaço, físico e abstrato, das relações consensuais e causais, do poder transformador e a busca do que se quer e aonde chegar. A análise parte do entendimento que a manifestação do lugar possa ocorrer sistemicamente em várias vertentes, a partir de símbolos e significados, mas também de uma abordagem crítica, entendendo de fato o lugar como uma construção social.

Carlos (2007) analisa que não devemos avaliar o desprendimento do mundo macro com as suas particularidades causais da vivência. Reflete-se o lugar como ponto de encontro com as mudanças em âmbito global, e a partir destas, as especificidades que emergem dos aspectos de viver e de habitar, o constructo social múltiplo e uno. Moreira e Hespanhol (2007, p. 54) afirma que: “[..] a identidade, o sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempos de histórias individuais constituem o lugar. Este guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, aprendida pela memória, através dos sentidos [...]”.

Pensar em todas essas prerrogativas estabelecidas para a construção do lugar de identidade, de trabalho e da vida no campo, persiste em percorrer toda uma dinâmica de relações próximas que são distintas no modo macro, mas ao mesmo tempo, semelhantes nos pormenores, na construção deste lugar e do território.

Ao estabelecer e analisar os conceitos de território e lugar, legitimando ambos, e contextualizando os sujeitos do campo, suas nuances, suas batalhas, seus temores, suas expectativas, compete avaliar que estes, os conceitos, são fundamentais no processo de construção da equidade no campo e, se tornam imponentes no processo de espacialização, tornando-se constructos de transformações, compreendendo a apropriação dos meios, de uma identidade territorial.

Neste limiar, ao propor discutir território e lugar, perfilado com as causas camponesas, se faz importante compreender como se dão essas relações na dualidade do campo, partindo do princípio do papel e das características que fazem girar o mundo agrário, seja nas suas relações socioculturais, como econômicas. É o próximo passo que se segue.

AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO: DUALIDADE E ANTAGONISMO

Mato Grosso é o terceiro estado mais extenso em proporção territorial no Brasil, com uma área estimada em 903.207.050 km², e população de aproximadamente 3.526.220 habitantes. Possui uma baixa densidade demográfica de 3,36 hab./km², com uma população de

cerca de 81,9% na área urbana, contra 18,1% da sua população na área rural, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2011).

Com essa proporção territorial, é inevitável não debater sobre a concentração fundiária, assim como o processo histórico de ocupação e apropriação dos espaços, portanto, a discussão do território está posta. Ao analisar afincadamente sobre questões territoriais, sugere a proposição do conflito de interesses, que demonstram as relações coexistentes na conquista e posse da terra.

A politização de terras em âmbito nacional se espalhou desenfreadamente sobre o campo do Mato Grosso, usurpando a necessidade de reforma agrária e de distribuição paritária. O acesso à terra tornou-se especulativo, favorecendo de maneira surreal os concentradores fundiários, as grandes corporações. A terra se tornou uma mercadoria cara e de difícil acesso.

O cenário foi determinante para os conflitos agrários, trazendo o antagonismo e a dualidade presente nas relações entre latifundiários e camponeses. Lutar e se opor à concentração de terras foi mais que um desígnio, mas, uma bandeira que recebeu respaldos dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mas, é importante sintetizar que através destes conflitos, surgidos em muitos casos por um contexto migratório, resultou também em assentamentos, comunidades e núcleos populacionais. Ao mesmo tempo, também representou a dizimação de muitos povos nativos, de modalidades produtivas na lavoura, para o surgimento de sujeitos e movimentos sociais.

Dentre todos os fatores e acontecimentos, percebeu-se o surgimento, ou quiçá, um aumento de dualidade no campo, seja através do modo de vida, da organização da produção e da própria concepção camponesa. De um lado, as lutas sociais por terras e políticas públicas no campo, coordenadas por movimentos sociais, como o MST e por camponeses e camponesas; do outro lado, empresas nacionais e internacionais ligadas ao agronegócio, reunindo *holdings* com produção agrícola, agroindústria, mercado financeiro e tecnologias para o campo, como sementes modificadas, agrotóxicos (Fernandes, 2008).

Ao analisar todo o contexto, e partindo de um princípio de entendimento e reflexão sobre tais disputas e todas as consequências geradas por elas, além de trazer toda raiz de desenvolvimento pessoal e profissional, enfatiza-se uma ampla defesa do campesinato, como identificação e posicionamento contra o capital e toda a forma de monopolização do território.

Mas profundamente, permite estabelecer o campesinato como um projeto ideológico, presente e constante nas relações que envolvem as dinâmicas de defesa do território e do lugar,

dando margem para as discussões socioeconômicas, de trabalho, de produção e de renda (Felício, 2010).

Importante considerar que o cenário de ocupação de terras no Estado de Mato Grosso, e por consequência, na Região Sudoeste do estado, onde foi desenvolvida essa pesquisa, pauta sempre por uma questão de perpetuação desses conflitos agrários, até por conta de inúmeros conflitos de interesses.

Temos duas visões totalmente antagônicas do campo neste território. O agronegócio como primeira vertente, que enxerga a terra como mercadoria, como capital especulativo e com capacidade enorme de concentração fundiária. Em outra vertente, o campesinato, que parte para uma proposição de reforma agrária justa, reafirmando o compromisso da terra para cultivo, renda, sobrevivência e re(existência).

Diferentemente de processos colonizatórios e exploratórios, a reforma agrária pode e dever ser compreendida como:

[...] ações e os programas realizados e implementados pelo Estado/Governos que visam distribuir e democratizar o acesso à terra para aqueles que querem nela trabalhar, viver e permanecer. Logo, as ações de reforma agrária visam desconcentrar a propriedade da terra, perpassando por uma questão/compromisso política/o. No Brasil, em vista da sua histórica concentração fundiária, a reforma agrária é um direito, inclusive previsto nos artigos 184 a 191, do título VII que trata “da ordem econômica e financeira”, do capítulo III intitulado “a política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, ambos da Constituição da República. Reforma agrária, então, não trata-se de esmola aos pobres do campo, mas sim um direito constitucional (Coelho; Freitas, 2021, p. 75).

Importante a consideração feita por Coelho e Freitas (2021), ao tocar profundamente na concepção de terra como um direito constitucional. A terra, a reforma agrária, são ações pontuais e certas na melhoria de vida da população como um todo, pois se faz no campo, com ações que fluidificam nas cidades.

Ademais, compreende-se que as duas vertentes são essenciais para interpretação do que está posto na contemporaneidade, inclusive na estreita ligação com o desenvolvimento de cidades. O antagonismo chega nos limiares das relações urbanas também, pois afeta não somente o meio ambiente, mas as próprias relações pessoais e a construção de território.

Olhando para a vertente do agronegócio, é possível visualizar uma geopolítica que parte para a consolidação da revolução verde, com a manutenção e consolidação da modernização na agricultura e, uma abertura em escala global. Esse modelo segue do desenvolvimento ao subdesenvolvimento, transformando regiões e biomas conforme a necessidade dos grandes latifundiários (Jesus, 2020).

É neste contexto que o lócus da pesquisa sugere um olhar mais observador. A partir da problemática da pesquisa, elucida-se a compreensão do processo agrário da Gleba Providência III, visando, sobretudo, o processo histórico e geográfico da ocupação deste território, destacando o modelo que vigorou e se consolidou enquanto espaço habitado.

A origem e essência da questão agrária é a concentração da terra e do poder político-econômico no desenvolvimento do capitalismo, tendo como principal consequência o empobrecimento e a desintegração do campesinato. O monopólio privado e a concentração da terra ferem o princípio de que a terra é a fonte única e básica da existência humana e, por isso, deve ser considerada um bem especial, de interesse coletivo, antes de ser submetida à égide da propriedade privada plena [...] (Girardi, 2015, p. 2).

Tendo o princípio da terra, a existência humana, passamos a contestar o agronegócio, entendendo-o como contradição dessa relação existencial. Pois, ao passo que se parece como uma modernização e melhoramento no campo, por conta de sua produtividade recorde ano após ano, submete-se a uma forma excludente das pessoas, de crises hídricas e ambientais, além da extrema precarização do trabalho e do trabalhador (Camacho, 2009).

Essa contradição, entendida como desbaratamento de qualquer outra atividade agrícola, com a devida intenção de extirpar as pequenas propriedades, saiu pela culatra. Surgiram deste modelo contraditório, uma população camponesa fortalecida em organizações, movimentos sociais, no intuito maior de ocupar latifúndios improdutivos, traçando um paralelo com luta por garantias de políticas públicas ao povo do campo, sempre alicerçado por conflitos pela disputa do território, com destaque ao MST (Jesus *et al.*, 2013).

[...] É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência. [...] Evidente que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (Fernandes, 2008, p. 76).

As camponesas e camponeses em conjunto com os movimentos sociais, conseguiram empunhar novas formas de conquistas de direitos e da construção de políticas que atendessem a população do campo. Um novo cenário surgiu, possibilidades de territorialização e da manutenção e permanência da vida camponesa estavam agora fortalecidas no processo da luta pela terra.

Entender o território camponês se torna basilar para desconstruir falas, recortes e práticas ligadas ao território do agronegócio. Com as devidas condições e possibilidades, homem e mulher do campo, do campesinato, conseguem se organizar em um processo que envolve subsistência e autossuficiência, transformando e melhorando a renda, trabalho, educação e principalmente a organicidade coletiva.

Ao propor a construção coletiva, espera-se que haja nestas ações, o fortalecimento comunitário em busca incansável da democratização de acesso à terra, da resistência do povo camponês e a dignidade da edificação de um território e de um lugar de identidade. Mais que isso, num cenário em que é possível identificar ainda com mais clareza essa dualidade no campo, espera-se com altivez e com luta, garantias de políticas públicas que atendam demasiadamente o campesinato, esvaindo a premissa que o poder público tem lado, e não é da população que mais necessita.

Assim, em linhas gerais, compreendendo essa hermenêutica presente nas relações entre agronegócio e campesinato, e indo mais além, entre a cidade e o campo, tecendo as relações sociais, econômicas, de trabalho, renda e subsistência, parte-se para a reflexão sobre a Gleba Providência III, entre suas particularidades e desafios.

A GLEBA PROVIDÊNCIA III: OS DESAFIOS DE VIVER NA TERRA E VIVER DA TERRA

Dentre todos os desafios possíveis nesta pesquisa, destaca-se a compreensão da perspectiva de formação territorial da Gleba Providência III, e os caminhos que foram/estão sendo trilhados. Descrever sobre um território que foi vivido e percebido no cerne de seu lugar de morada é complexo e ao mesmo tempo, prazeroso.

A Gleba Providência III está localizada a 4km da cidade de Curvelândia, sentido ao município de Lambari D'Oeste. A ligação se dá pela rodovia MT 170, totalmente asfaltada até a entrada da Gleba. É importante enfatizar que próximo ao km 4, há formação de uma agrovila, conhecida popularmente como Plaquelândia, existente desde a década de 1990. Cabe enfatizar que a partir do ano de 2015, ela passou a ser loteada, proporcionando um aglomerado de famílias.

Esse aglomerado se evidencia em muito pela relação de proximidade com a região urbana de Curvelândia. O uso da terra neste território parte para várias finalidades, moradia, comércio, produção. Mas, por agregar um menor valor na compra, a maioria das pessoas que convivem na agrovila de Plaquelândia utilizam seu lote para moradia.

No interior da Gleba Providência III é possível identificar uma comunidade que ainda conta com muitas famílias assentadas. Há 74 famílias residindo por ali, e dentre estas, é possível verificar inúmeras atividades que são praticadas no lote, e até mesmo algumas poucas propriedades que estão em desuso e/ou abandonadas.

Dentre as atividades práticas e observáveis, há uma comunidade com diversidade de produções. Há espaço nos lotes, para criação de gado, com a paisagem tomada por pastos; há reservas, que a depender do lote, são em geral pequenas e médias; há atividade de agricultura, que parte da produção de hortaliças até o cultivo de algumas frutas; há a produção de pecuária, com diversidade de animais; e há também latifúndio aos arredores que, ano após ano, aumenta seus domínios e territórios comprando os sítios vizinhos, fortalecendo a concentração fundiária na região.

Ao mencionar sobre concentração de terras, nota-se que é um dos principais fatores quanto à permanência dos assentados na Gleba Providência III. No entanto, é importante considerar que não é o único, há outras preocupações que interferem diretamente no modo de vida do campesinato: a falta de assistência técnica rural; o abandono da agricultura familiar camponesa; a expropriação dos assentados pela ineficácia nas produções; escassez ou ausência de água; a busca da reterritorialização na cidade; a idade avançada dos proprietários; a especulação territorial; são fatores que foram evidenciados pelos participantes da pesquisa.

Enfatiza-se que as investigações e experiências vivenciadas por esta pesquisadora, alcunha a dizer que grande parte dos atuais proprietários conquistaram a terra pelo poder de compra, ou seja, por um processo de reterritorialização, mas, não deixam de ser/estar no campesinato.

Nas relações que são impostas pelo capitalismo, em se tratando principalmente do campo e de sua população, percebe-se que a ação do contraditório gerado pelo capital incumbe-se de viabilizar muitas outras relações. Há uma resistência na contradição do capitalismo, e explícita em dizer que os sujeitos ocupantes deste território e desta contradição, imbricam-se por fortalecer as condições e modo de vida do sujeito camponês.

Óbvio que dentro da perspectiva de resistir, encontra-se objetivamente, muitos obstáculos. A prática desse discurso vai ao tempo em que camponeses e camponesas por aqui chegaram, enfrentando algumas adversidades nos territórios que foram sendo ocupados. É consenso entre os entrevistados a falta de estrutura do território.

Despendendo de todo esse contexto, analisa-se que todos os investigados e investigadas apontaram para estradas ruins, ausência de energia elétrica, em alguns pontos a falta de água,

sítios sem formação, ou seja, com muita mata, além, é claro, da falta de estrutura básica para se morar.

Trazendo para o momento atual, ainda sim, consta algumas questões que pouco ou nada mudaram, como a ausência de água nos lotes, e a irregularidade ou ausência da assistência técnica rural, que são fundamentais para a prática da agricultura familiar camponesa, e no suporte da manutenção do lote. São situações que necessitam de uma maior resistência desses povos, que procuram soluções que permitam produzir e (re)produzir economicamente, socialmente e culturalmente.

Em outras situações houve alguns avanços importantes na manutenção dessas famílias em seus lotes, como acesso à energia elétrica, melhoria das estradas, formação dos sítios, acesso à comunidade, internet, serviços de escavação de poços artesanais, dentre outras atividades.

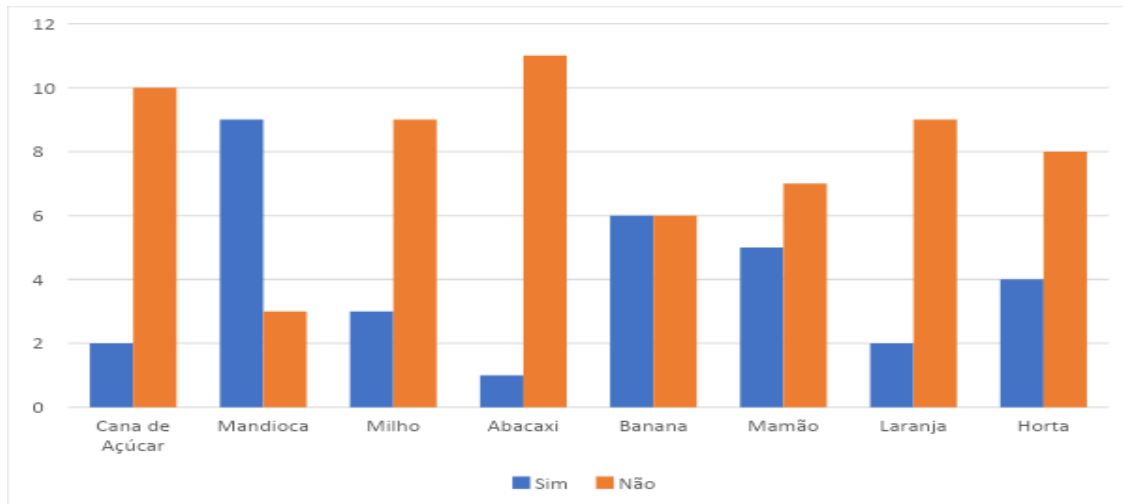
Por essas melhorias e pela sua pretensa proximidade com a cidade de Curvelândia, a Gleba Providência III é considerada como uma área periurbana, o que permite reafirmar sua condição de localidade rural que se confunde, em muitos pontos, com o eixo urbano. Talvez essa seja umas das maiores preocupações quando se discute a questão identitária da Gleba Providência III, a de não mais distinguir se são sujeitos da área urbana, ou do meio rural. Ao analisá-lo como espaço rural, do camponês, identifica-se que:

[...] os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita entre outras atividades. É do trabalho realizado sobre a terra que os rendimentos são extraídos, seja em forma de produtos para o autoconsumo, seja em forma de produtos para comercialização (Bispo; Mendes, 2012, p. 14).

Todo esse dinamismo é resultado de políticas públicas estabelecidas ou ausentes, no processo de construção deste território, vide as condições que foram ao longo do tempo se moldando, pelas necessidades de adaptação dos camponeses e camponesas, para a permanência em seus respectivos lotes. Percebe-se que a fonte de renda da maior parte das famílias foram se alterando conforme a condicionante em que conviviam.

Em relação à produção agrícola, os cultivos são diversificados, conforme a análise realizada a partir da Figura 2, destacando a ausência de hortas em alguns dos lotes pesquisados.

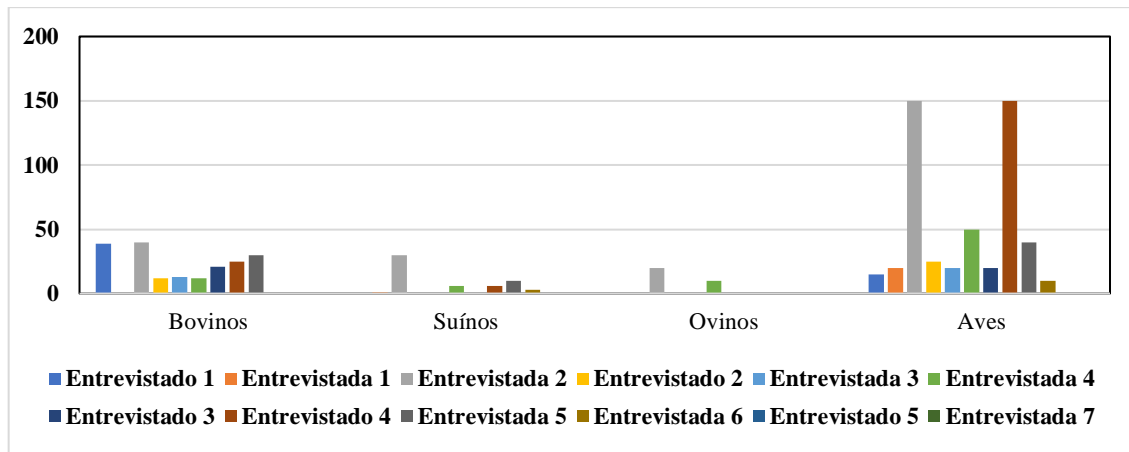
Figura 2 – Gráfico da produção agrícola das famílias pesquisadas na Gleba Providência III



Fonte: Autores (2022).

Em outras frentes, a análise parte para a produção da pecuária, enfatizando que nem todas as famílias camponesas fazem da produção leiteira sua fonte de renda. Em muitos casos, pela perspectiva de trabalho fora de sua propriedade, estes preferem a criação de bovinos, ovinos ou aves, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Gráfico de produção pecuária das famílias pesquisadas na Gleba Providência III



Fonte: Autores (2022).

Diante das entrevistas, da observação, e das análises, foi possível dialogar num sentido amplo, compreendendo cada um e cada uma que se dispôs a relatar sua vida no campo. É importante considerar todas as histórias e memórias da população da Gleba Providência III, afinal, eles e elas construíram os processos de territorialização, de reterritorialização e, por conseguinte, alguns vivem agora a desterritorialização.

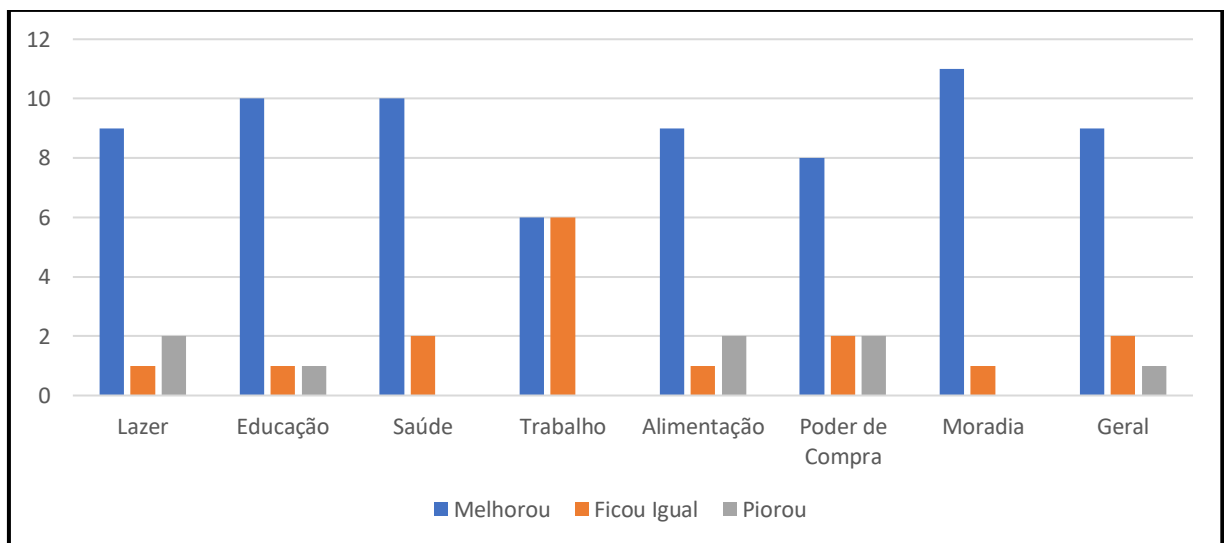
Há de mencionar, sobretudo, a ausência de políticas públicas que partem necessariamente da falta de assistência técnica rural, de uma forma geral. Por outros caminhos,

também se envereda a falta de acesso à programas do Governo Federal, que são importantes para o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, como o PNAE e o PAA, como fontes de renda para o povo do campo e, importante na consolidação e expansão da agricultura diversificada.

A vida no campo permite e se constitui das mais distintas formas de sobrevivência e (re)existência. Essa possibilidade só é garantida pelas mais diversas estratégias de garantir que haja a reprodução social e familiar no território, atenuando a ausência das políticas socioeconômicas, principalmente externas, que reiteradamente condicionam o abandono do campo (Cruz; Santos, 2011).

Nesta linha de raciocínio, é importante e extremamente lúcido, considerar a percepção dos/as investigados/as sobre as condições da vida anterior e da vida atual no território. Para isso, a Figura 4 permite uma análise a respeito das condições de vida na Gleba:

Figura 4 – Gráfico da percepção da vida antes e atualmente no âmbito da Gleba Providência III



Fonte: Autores (2022).

Considerando as informações e posicionamentos fica evidente que não há unanimidade em nenhum dos itens elencados, isso porque, cada um compreenderá o meio na proporção que as condições que lhes foram ofertadas. É possível identificar que a maioria compreende que o sítio, enquanto moradia foi melhorando ao longo do tempo.

Presenciou-se em toda a contextualização da pesquisa, mais precisamente no diálogo constante com investigados e investigadas da Gleba Providência III, que a expropriação da população camponesa foi extremamente acelerada. Há uma grande evasão, principalmente entre os jovens, cujo destino é quase sempre as cidades, onde migram em busca de estudo e trabalho.

É fácil compreender que todas as nuances encontradas na consolidação da produção extirpam qualquer possibilidade de continuidade de atividades nos lotes da maioria das famílias interrogadas. Esse desmonte inviabiliza qualquer tipo de investimento na propriedade, o que, conseqüentemente, favorece o processo de expropriação e desterritorialização dos camponeses de suas terras.

Ainda assim, apesar de todas as dificuldades, é perceptível o desejo destas famílias permanecerem em seus lotes. A terra que os acolheu ainda é a mesma que foi desejada um dia, que foi sonhada e conquistada, ainda que não no formato da luta pela reforma agrária, mas pelas oportunidades que surgiram.

Em uma última análise, é importante enfatizar que ao ser traçada a pergunta sobre o significado da terra para os interrogados e interrogadas, há uma unanimidade na resposta, “a terra representa tudo de mais importante que aconteceu na minha vida, sem ela não sei o que seria de mim e nem da família, hoje tudo que tenho, devo a ela”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender como se dá processo de luta pela conquista da terra percebe-se que estamos cada vez mais distantes de uma reforma agrária no Brasil. Esse fato não é especulação, são números e dados perceptivos ao longo do processo histórico de acesso à terra no Brasil.

A territorialização do capital, com maciça participação do Estado, contribuiu/contribuiu para a concentração fundiária. Essa celeuma implica dizer que é uma tendência de maior preocupação para a permanência do campesinato e, por tabela, das múltiplas culturas no campo.

O objetivo principal desta pesquisa, para além de necessária, foi refletir o processo de expropriação da Gleba Providência III, ocasionado pelas dificuldades e implicações para a continuidade do desenvolvimento da comunidade e de tudo que dela deriva.

Os questionamentos durante a investigação foram instigantes para entender as estruturas das dinâmicas territoriais da Gleba Providência III, assim como o lugar entendido para além da moradia, é também o refúgio da vida para o trabalho, lazer, educação, saúde, alimentação, renda, dentre outros.

Importante a reafirmação da maioria dos entrevistados e entrevistadas. Por mais corriqueiro que seja para a maioria das famílias, pela falta de políticas públicas, pela expropriação do núcleo familiar, pela irregularidade da assistência técnica, há que afirmar que a vontade é permanecer e viver na terra.

O tempo de convivência da maioria deles e delas na Gleba, fez emergir laços de amizades que os mantêm firmes na vontade e no desejo de permanecerem. É importante

considerar também que, por mais que os núcleos familiares sejam reduzidos, ainda assim, muitos filhos e filhas retornam para o berço, mesmo que seja de passagem. Faz parte do ciclo de vida.

Há de considerar também, uma debandada da população por falta de estrutura básica de sobrevivência. O que deveria ser exceção, se torna regra. As famílias já não recebem qualquer assistência técnica para melhorar os meios de produção e, em meio a tudo isso, os jovens rumam em busca de outras oportunidades, outras experimentações na vida.

É importante transparecer com a máxima clareza possível, que o poder do capital influencia diretamente na consolidação do território, pois flerta com concepções que não se enquadram na vida cotidiana do campesinato.

No entanto, indiferente e antagônico do que se passa no capitalismo, a margem estabelecida nestas contradições dá lugar a condições para resistir e (re)existir no campo, na proposição de alternativas que vão além do dinheiro e do lucro, mas que se perpetua nas relações socioculturais que o lugar estabelece com seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A Geografia e o método dialético. **Revista Vidya**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 51-28, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.edu.br/index.php/VIDYA/article/download/394/368>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BISPO, Cláudia Luiz de Souza; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Rural/urbano e campo/cidade: características e diferenciações em debate. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*. 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-3. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1032_1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O agronegócio latifundiário versus a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*. 19., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UFU, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

COELHO, Fabiano; FREITAS, André Alexandre Ricco de. Reforma agrária e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. **Revista Tempos Históricos**, [S. l.], 25, n. 2, p. 73-98, ago. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/25839/19844>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CRUZ, Nelson Ney Dantas; SANTOS, Rosselvelt José. O desafio da permanência na terra: comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro. **Revista da Geografia Agrária**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 249-279,

mar. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12114>. Acesso em 18 jul. 2022.

DUARTE, Tiaraju Salini. A Construção das identidades territoriais na fronteira sul do Brasil. **Revista Geographia Meridionalis**. [S. l.], v. 2, n. 1, p. 4-19, maio. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/7775/5817>. Acessado em: 11 maio. 2022.

FELÍCIO, Munir Jorge. O território imaterial do campesinato. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 18-32, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/article/download>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Boletim DATALUTA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-10, dez. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/download/136/64#page=29>. Acesso em 10 jan. 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso**, [S. l.], 2015. Disponível em: URL: <http://confins.revues.org/10446>. Acesso em: 27 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, Rogério; Bruce, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 7-22, set. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Superintendência Regional de Mato Grosso. **Relatório Consolidação do PA Providência III**, 2001.

JESUS, José Novais. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11444/3/Tese%20-%20Jos%c3%a9%20Novais%20de%20Jesus%20-%202020.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

JESUS, José Novais; CALAÇA, Manoel; SILVA, Lorraine Gomes da. O território camponês em construção: utopias e contradições. **Revista Territorial**, Goiás, v. 2, n. 2, p. 211-229, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/3485>. Acesso em: 16 dez. 2021.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**. v. 2, n. 14, p. 48-60. 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SCHEUER, Junior Miranda; MIRANDA, Miriam Raquel da Silva. Mudanças Espaço-Temporais da Paisagem dos Assentamentos Providência III e Tupã, no Contexto das Transformações Socioterritoriais do Município de Curvelândia. In: ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de; SILVA, Tania Paula da. (org.). **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso – Campo Grande**: UFMS, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional, São Paulo, 1994.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v. 23, n. 1, p. 99-117, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/393.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apresentação do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis. v. 22, n. 43, p. 55-76. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12646/11806/0>. Acesso em: 27 ago. 2021.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane. O Conceito de Lugar e suas Diferentes Abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica**. v.9, n.11, p. 1-19, 2014. Disponível em: [https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/11154/8417/43420#:~:text=O%20conceito%20de%20lugar%20assume,Para%20Santos%20\(2006%2C%20p](https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/11154/8417/43420#:~:text=O%20conceito%20de%20lugar%20assume,Para%20Santos%20(2006%2C%20p). Acesso em: 17 set. 2021.